Data da reunião ordinária: 22-11-2004

Início da reunião: 14:30 horas

Términus da reunião: 17:00 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:

Presidente: Jaime Manuel Gonçalves Ramos

Vereadores:

Luís Filipe Mesquita Boavida
João José Pescador de Matos Fanha Vieira
António Silvino da Costa Ferreira
José Eduardo Pescador de Matos Fanha Vieira
Henrique dos Reis Leal
António Valente de Almeida

Outras Pessoas:

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria de Lurdes Marques Esteves Alves dos Santos

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

Resumo diário da Tesouraria: 22-11-2004

Operações Orçamentais: 1.744.625,33

Operações não Orçamentais: 15.677,34

LEITURA E APROVAÇÃO DE ACTA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ACTA

- Foi presente a acta da reunião de 15 de Novembro de 2004, que depois de lida e corrigida foi aprovada e assinada por todos os presentes, com excepção do Vereador Sr António Costa Ferreira por não ter estado presente na mesma.

- Nesta altura, verificou-se que na acta agora aprovada, no assunto intitulado “Imóveis Degradados. Majoração até 30% da Taxa Aplicável”, a deliberação não se encontra, por lapso, transcrita correctamente, porque onde se lê:

- «A Câmara, tudo visto e discutido, deliberou, por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra, proceder de acordo com esta comunicação, ou seja, “majorar até 30%”, a taxa sobre imóveis degradados», deverá ler-se:

- «A Câmara, tudo visto e discutido, deliberou, por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra, proceder de acordo com esta comunicação, ou seja, “majorar em 30%”, a taxa sobre imóveis degradados.»

- Por este facto e dado esta deliberação ter sido aprovada em minuta, a seguir, se transcreve, na íntegra a referida deliberação devidamente rectificada:

- ASSIM:

- «**IMÓVEIS DEGRADADOS. MAJORAÇÃO ATÉ 30% DA TAXA APLICÁVEL**

- Circular nº 139/2004/GJ, datada de 19 de Outubro, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, a comunicar o seguinte:

- «O DL nº 287/2003, de 12/11, procedeu à reforma da tributação do património, tendo aprovado, designadamente, o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.

- O art. 112º do Código do IMI determina as taxas do imposto municipal sobre imóveis que podem ser fixadas em cada ano pelo Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal.

- De acordo com este normativo, os Municípios podem majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens (art. 112º/7).

- Além do referido, os Municípios podem definir áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objecto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, e majorar ou minorar até 30% a taxa a vigorar para o ano a que respeita o imposto (art. 112º/5).

- As deliberações das Assembleias Municipais, tendentes à fixação das taxas, devem ser comunicadas, até 30 de Novembro, à Direcção-Geral dos Impostos para vigorar no ano seguinte ao da sua aprovação (art. 112º/8).

- No caso das deliberações compreenderem zonas delimitadas de freguesias, as comunicações acima referidas são acompanhadas de listagem contendo a

indicação dos artigos matriciais dos prédios abrangidos, bem como o número de identificação fiscal dos respectivos titulares (art. 112º/9).»

- A Câmara, tudo visto e discutido, deliberou, por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra, proceder de acordo com esta comunicação, ou seja, majorar em 30%, a taxa sobre imóveis degradados.

- Votaram a favor, os Vereadores Srs José Eduardo, Valente de Almeida, João Vieira, Vice-Presidente Luís Filipe Boavida e Exmo. Presidente.

- Votou contra o Vereador Sr Henrique Leal, que fez a seguinte declaração de voto:

- «Voto contra porque a aplicação cega de 30% de agravamento sobre os imóveis degradados, sem ter em conta as disponibilidades dos contribuintes, irá ter como consequência lançá-los com a corda na garganta para as mãos dos especuladores imobiliários.

- Obviamente que é importante o restauro ou a demolição dos imóveis degradados como forma de resolver problemas de insegurança e melhorar o aspecto estético das nossas ruas. Todavia não se poderá atingir estes objectivos desta forma cega.

- A legislação vigente concede outros meios às autarquias, nomeadamente, em caso de carência de meios, através da intervenção dos próprios meios da autarquia.»

- Mais deliberou remeter à aprovação da Assembleia Municipal.

- Deliberou ainda aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.»

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Após a aceitação das inscrições do público, nos termos do nº 2, artº 8º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente deu a palavra, no início da reunião, ao seguinte munícipe:

- 1 – SR ANTÓNIO MARCHÃO BENTO, residente na Rua de Santo António, nº 15 – Casal Sentista sobre o saneamento e esgotos, naquela zona, designadamente, o aqueduto que diz pertencer à Câmara Municipal do Entroncamento, está sempre entupido.

- Já foi à Câmara de Torres Novas, limpam a parte de cima e deixaram a outra parte, porque dizem que pertence ao Entroncamento. Esta situação origina a que a água corra pela Estrada, deixando só lama, porque também não existem valetas.

- Existem também, junto à Estrada uns marmeleiros que deveriam ser cortados, dado tirarem toda a visibilidade aos automobilistas.

- Pedia, também, para serem colocadas três lâmpadas que faltam nos candeeiros da iluminação pública.

- Sobre estas questões, o Exmo. Presidente informou ter algumas dúvidas sobre a delimitação do Concelho Entroncamento/Torres Novas, pelo que vai remeter o processo ao Sr Vice-Presidente para junto dos Serviços verificar esta matéria e se saber qual a quota de responsabilidade que cabe a cada um dos Municípios.

- Posteriormente será dada uma resposta ao Sr António Bento.

INFORMAÇÕES

INFORMAÇÕES

- De acordo com o artº 9º do Regimento desta Câmara Municipal, o Exmo. Presidente usou da palavra para informar o seguinte:

- 1 - EXMO. PRESIDENTE

- a) O Exmo. Presidente deu uma informação, de carácter partidário, referindo que recebeu um e-mail do Grupo Parlamentar do PSD, a comunicar que os Deputados Eleitos pelo Distrito de Santarém vêm efectuar uma visita ao Centro de Saúde do Entroncamento, na perspectiva do seu alargamento e de verificarem o destino e funcionalidade da aplicação da verba do PIDDAC.

- b) Em relação ao Aniversário do Concelho e conforme o Programa que já foi distribuído a todos os Srs Vereadores, lembrou que as Comemorações terão início às 14,15 horas.

- Também, informou que lhe foi comunicado verbalmente, de que o Sr Ministro das Obras Públicas e Comunicações e o Sr Secretário de Estado dos Transportes vão também estar presentes nas Comemorações do Aniversário do nosso Concelho.

- c) Por último, o Exmo. Presidente, distribuiu pelos Srs Vereadores cópia do ofício da Assembleia Municipal a comunicar que vai realizar no próximo dia 26, pelas 21 horas, uma Sessão Extraordinária, conforme o Edital que anexa e para a qual solicita a sua comparência, assim como a dos Srs Vereadores

- 2 – VEREADOR SR JOÃO VIEIRA

- Seguidamente, o Vereador Sr João Vieira deu conhecimento dos premiados no “1º Concurso Nacional de Fotografia Jovem” e que são:

- 3º Prémio - Pedro Miguel Honório Dias, do Entroncamento;

- 2º Prémio – Fernanda Paula dos Santos Jacinto, de Miranda do Corvo; e

- 1º Prémio – João Filipe de Matos Gomes Reis, de Riachos.”

- 3 - VEREADOR SR ANTÓNIO COSTA FERREIRA

- a) Sobre a Criação da Fundação para o Museu Nacional Ferroviário, o Vereador Sr António Costa Ferreira, apresentou a seguinte Moção:

-« Institutos e fundações esvaziam Administração pública

- O Estado não pode demitir-se das suas responsabilidades

- Moção

- Na sequência do propósito do Governo na criação da Fundação para o Museu Nacional Ferroviário, convém que fique claro qual a posição das diferentes forças político-partidárias no município do Entroncamento sobre a criação deste tipo de estruturas e sobre a solução adoptada.

- A proliferação de Institutos públicos, fundações e outras formas paralelas à Administração pública esvaziam a administração. Quando se fala da criação, pelo Estado, da generalidade dos institutos públicos e fundações, ela é feita na maior parte dos casos em detrimento da reestruturação, racionalização e modernização de serviços da própria administração pública e da valorização dos seus Recursos Humanos. E embora reconhecendo que em muitas ocasiões importa encontrar soluções expeditas que dêem respostas céleres e eficazes em áreas de interesse e serviço público, a verdade é que o Estado

não pode deixar de intervir na estrutura da administração central e muito menos abdicar das suas responsabilidades, seja pela via directa das privatizações, seja pela via indirecta da criação de estruturas paralelas como são os referidos institutos e fundações.

- Resulta claro, pois que existindo um problema no que respeita ao funcionamento da administração pública - apontadas são, nomeadamente, a sua eficácia, transparência e qualidade na prestação de serviços aos cidadãos, urge resolver os problemas e não adia-los ou enterra-los.

- Em Portugal quando se quer adiar um problema, cria-se uma comissão, sempre que se quer resolver uma dificuldade política, inventa-se um instituto ou uma fundação. A criação de institutos públicos tem servido como tentativa de encontrar formas de fugir ao controlo democrático e ao rigor e de valorizar os Recursos Humanos.

- Estas estruturas são em muitos casos criadas para fugir ao controlo financeiro das contas do Estado, seja por parte da Assembleia da República seja do Tribunal de Contas.

- A não-aceitação desta prática em que o Governo tem sido useiro e vezeiro deve-se ao facto de estas estruturas paralelas funcionarem como passo intermédio ou indirectos para a privatização de serviços públicos criados e apetrechados com dinheiros públicos.

- Tais institutos são ainda uma espécie de interfaces entre a administração pública e os aparelhos partidários com vista à contratação de pessoal da estrita confiança partidária, principescamente pago, sem controlo e sem seguirem a regra do concurso público e muitas vezes sem as competências técnicas necessárias.

- Uma situação tanto mais lamentável e escandalosa quanto é certo que tais práticas ocorrem em simultâneo com a colocação na prateleira de quadros da Administração pública com uma vida dedicada ao serviço público, experientes e com um saber-fazer acumulado que, entretanto, é desperdiçado.

- Tratando-se de um assunto de extrema importância, as fundações, que recentemente foram alvo de um comentário de Sua Ex.^a o Sr. Presidente da República que defendeu a “separação das águas” entre o público e o privado (2001.01.19, Lusa), não são uma solução para o Museu Nacional Ferroviário.

- Ao Sr. Presidente da Republica

- Ao Sr. Presidente da Assembleia da República

- Aos Grupos Parlamentares

- Ao Sr. Ministro da Tutela dos Transportes e Museus.»

- Após a aceitação e discussão desta Moção com intervenções diversas por todos os elementos, foi pelo Exmo. Presidente colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com 4 votos a favor, dos Vereadores Srs José Eduardo, Valente de Almeida, Henrique Leal e António Costa Ferreira, e 2 votos contra, do Sr Vice-Presidente Luís Boavida e Exmo. Presidente.

- Durante a apreciação e votação deste assunto não se encontrava presente o Vereador Sr João José Pescador de Matos Fanha Vieira.

EXPEDIENTE DIVERSO

REDE NACIONAL CIDADES E VILAS COM MOBILIDADE PARA TODOS - ADESÃO

- Ofício nº CD/181, datado de 1 de Setembro de 2004, da Associação Portuguesa de Planeadores do Território, a comunicar que a União Europeia instituiu o ano 2003 como o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência,

visando sensibilizar os poderes públicos para a urgência de intervir nos espaços urbanos de forma a democratizar o acesso a todos.

- Mais comunica que, dado a necessidade de qualificar os espaços urbanos promovendo o espírito do Ano Europeu de Pessoas com Deficiência, a APPLA, em parceria com a Associação Portuguesa de Deficientes, Sociedade Portuguesa de Medicina Física e de Reabilitação e Associação Portuguesa de Lesionados Medulares e com o apoio da Associação Nacional de Municípios Portugueses, Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, Secretaria de Estado do Ordenamento do Território do Ministério do Ambiente e Ordenamento, e Gabinete de Estudos de Planeamento do Ministério das Cidades, Poder Local, Habitação e Desenvolvimento Regional lançou a Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos.

- Dado que 2004 é o segundo ano de adesão dos municípios a esta Rede Nacional, no ano de 2003 aderiram já ao projecto cerca de 40 municípios portugueses tendo alguns deles começado, no terreno este projecto.

- Os objectivos genéricos desta Rede, em conformidade com o Regulamento de Adesão, são os seguintes:

- «a) Adequar as cidades e vilas a todos os cidadãos:

- “A abolição de barreiras arquitectónicas, sociais e psicológicas constitui um objectivo inadiável das sociedades modernas e é a única via para tornar as cidades e vilas adequadas a todos os cidadãos, sem discriminações de qualquer natureza”;

- b) Cumprir imperativos éticos e culturais da contemporaneidade

- “Construir cidades e vilas com mobilidade constitui um imperativo ético e social, traduzindo o respeito pelos valores fundamentais da solidariedade, da liberdade e da equiparação de oportunidades”;

- c) Planear a Cidade e Vila.

- Definir, em concreto, acções pontuais ou estruturais, previamente definidas e planeadas, que claramente e decisivamente contribuam para a construção das cidades e vilas para todos.

- São objectivos específicos da Rede:

- a) Adaptar, faseadamente, geográfica e temporalmente, a cidade ou vila à mobilidade para todos, através de um somatório de pequenas, rápidas, e pouco dispendiosas acções;

- b) Promover acções regulamentares e sensibilização dos sectores públicos e privados que permitam sensibilizar e impor medidas de “mobilidade para todos”, em novas urbanizações.»

- Para o efeito, vem esta Associação solicitar a adesão por parte deste município, à Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos, enviando o Processo de Candidatura.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, aderir à Rede Nacional de Cidades e Vilas com Mobilidade para Todos.

- Mais deliberou fazer baixar este processo ao Arquitecto Tavares para definir a zona de intervenção.

CLUBES ASSOC.DESPORT.CULTURAIS DO ENTRº

UFE-ALUGUER PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO ESCOLA DR RUY DE ANDRADE

- Nesta altura e só para este assunto, ausentou-se da reunião o Sr Vice-Presidente Luís Filipe Boavida.
- Na sequência da deliberação de 18 de Outubro, foi presente o ofício nº 55/04, do União Futebol Entroncamento, datado de 12 de Novembro, a solicitar o pagamento do aluguer do Pavilhão Gimnodesportivo, efectuado durante o ano lectivo de 2002/2003, pela Secção de Basquetebol daquele Clube e não do ano lectivo de 2003/2004 como foi referido por lapso no ofício nº 43/04.
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, atribuir, para o efeito, um subsídio no valor de 1080,00 €, a contemplar no orçamento do próximo ano.

TAXAS E LICENÇAS-SERVIÇOS DE IMPOST.L.T.

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

- Da Secção de Impostos Licenças e Taxas, foi presente a seguinte informação relativa à "Delegação de Competências":
- "Atenta a deliberação de 26/01/2004 e dando cumprimento ao nº 3 do artigo 65º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, junto anexo listagens das licenças emitidas por esta Secção de Impostos Licenças e Taxas, no período de 08/11/04 a 12/11/2004, bem como uma relação de processos deferidos.
- Nesta conformidade deve o mesmo ser presente em reunião de Câmara, a fim do Exmo. Presidente dar conhecimento à Câmara."
- A Câmara tomou conhecimento e rubricou todas as páginas constantes desta listagem, as quais fazem parte integrante da presente acta.

HABITAÇÃO SOCIAL

ATRIBUIÇÃO HABITAÇÃO SOCIAL-R.GEN.HUMBERTO DELGADO-B.G-1º DTº

- Dos Serviços Municipais de Habitação foi presente a seguinte informação, referente à "Atribuição de Habitação Social na Rua General Humberto Delgado, Bloco G, 1º Dtº":
- "1 - Conforme deliberação de 02 de Novembro de 2004, foi entregue a habitação social sita na Rua General Humberto Delgado, Bloco G, 1º Dtº, a Maria de Fátima Pires Rodrigues Mendes.
- 2 - Analisado o processo em questão e de acordo com o estabelecido que regulamenta a atribuição das rendas de habitação social (Blocos), resulta a aplicação da renda mensal a cobrar no valor de: 76,69€."
- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, proceder de acordo com esta informação.

ALTER.AO ORÇ.DESPESA E GOP'S P/ANO ECO.

ALTERAÇÃO Nº 19 AO ORÇAMENTO DA DESPESA E GOP'S P/ANO ECONÓMICO 2004

- A Câmara aprovou por maioria, a Alteração nº 19 ao Orçamento da Despesa e GOP'S para o Ano Económico de 2004, totalizando 50.550,00 € (cinquenta mil quinhentos e cinquenta euros), a fim de reforçar rubricas insuficientemente dotadas e inseridas no mesmo documento e a qual faz parte integrante da presente acta.
- Votaram a favor os Vereadores Srs Henrique Leal, João Vieira, Vice-Presidente Luís Boavida e Exmo. Presidente.
- Abstiveram-se os Vereadores Srs Valente de Almeida, José Eduardo e António Costa Ferreira.

- Os Vereadores Srs Valente de Almeida e José Eduardo, fizeram a declaração de voto que a seguir se transcreve, tendo o Vereador António Costa Ferreira também subscrito a mesma:

- Assim:

- «O orçamento é um instrumento de Gestão do Executivo Camarário permanente que reflecte as suas opções e escolhas, por isso abtemo-nos.»

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

TRÂNSITO

ESTACION.DURAÇÃO LIMITADA Z.ENV.MERC.MUNIC.PRAÇA SALGUEIRO MAIA

- Presente, de novo, o “Regulamento das Zonas de Estacionamento tarifado do Entroncamento”, tendo a Câmara deliberado analisá-lo em próxima reunião.

ARRUAMENTOS

ROTUNDA – AVENIDA VILLIERS-SUR-MARNE

- A Câmara concordou, por unanimidade, com a proposta apresentada pelo Exmo. Presidente, para o arranjo da Rotunda situada na Avenida Villiers-Sur-Marne.

OBRAS PARTICULARES

PROCº DE OBRAS Nº 27/04 – VITOSILDA – CONSTRUÇÕES, LDª

- Presente o processo de obras número 27/04, em nome de Vitosilda – Construções, Ldª, referente à construção de um edifício, na Rua do Forno do Grilo, desta Cidade, conforme projecto de Arquitectura que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 15/11/2004.

PROCº OBRAS Nº 29/04–FÁBRICA IGREJA PAROQUIAL DA SAGRADA FAMÍLIA

- Presente o processo de obras número 29/04, em nome da Fábrica da Igreja Paroquial da Sagrada Família do Entroncamento, referente à construção de um edifício, no Gaveto da Rua da Igreja com a Rua da Esperança, desta Cidade, conforme projecto de Arquitectura que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por maioria, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 09/11/2004, com 5 votos a favor, dos Vereadores Srs José Eduardo, Valente de Almeida, João Vieira, Vice-Presidente Luís Filipe Boavida e Exmo. Presidente, 1 abstenção do Vereador Sr Henrique Leal e 1 voto contra do Vereador Sr António Costa Ferreira, que fez a seguinte declaração de voto:

- «Voto contra e solicito que se considere reproduzida nesta acta, com as necessárias adaptações (localização e número de lugares) a minha declaração de voto constante das actas de 01/03/2004, Procº de Obras 56/03 de Jorge Manuel Gameiro Rodrigues, e, de 15/03/2004, Procº de Obras 16/98 de João Esteves & António Dias Esteves.»

PROCº DE OBRAS Nº 64/89 – JOSÉ DE ASCENSÃO RAMOS

- Presente o processo de obras número 64/89, em nome de José de Ascensão Ramos, referente às alterações que pretende introduzir na construção de uma moradia, na Rua Gonçalo Mendes da Maia, desta Cidade, conforme projecto que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 15/11/2004.

PROCº DE OBRAS Nº 158/04 – JOSÉ DE ASCENSÃO RAMOS

- Presente o processo de obras número 158/04, em nome de José de Ascensão Ramos, referente à construção de vedação e telheiro, na Rua

Gonçalo Mendes da Maia, número 5, desta Cidade, conforme projecto que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 15/11/2004.

PROCº DE OBRAS Nº 66/98 – CÉSAR DA SILVA GAMEIRO

- Presente o processo de obras número 66/98, em nome de César da Silva Gameiro, referente às alterações - rectificação que pretende introduzir na construção de um edifício, na Rua Mouzinho de Albuquerque, desta Cidade, conforme projecto que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 17/11/2004.

PROCº DE OBRAS Nº 160/00 – MANUEL DE JESUS LOPES

- Presente o processo de obras número 160/00, em nome de Manuel de Jesus Lopes, referente às alterações que pretende introduzir na construção de um edifício, na Rua Dr Fanhais, desta Cidade, conforme projecto que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 15/11/2004.

PROCº DE OBRAS Nº 167/00 – MANUEL DE JESUS LOPES

- Presente o processo de obras número 167/00, em nome de Manuel de Jesus Lopes, referente às alterações que pretende introduzir na construção de um edifício, na Rua Dr Fanhais, desta Cidade, conforme projecto que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 15/11/2004.

PROCº DE OBRAS Nº 62/01 – ALMEIDAS-CONSTRUÇÕES, LDª

- Presente o processo de obras número 62/01, em nome de Almeidas – Construções, Ldª, referente às alterações que pretende introduzir na construção de um edifício na Rua Latino Coelho, desta Cidade, conforme projecto que junta.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 16/11/2004.

PROCº OBRAS Nº 105/04 – AIRES MANUEL ISIDRO M. RODRIGUES CATROLA

- Presente o processo de obras número 105/04, em nome de Aires Manuel Isidro Martins Rodrigues Catrola, referente à alteração e ampliação de uma moradia na Rua Brigadeiro Júlio Botelho Money, número 4 – R/C, desta Cidade, conforme projecto que junta.

- Para o efeito a D.A.U.O.P., emitiu o seguinte parecer:

- «O projecto apresentado refere-se à ampliação e alteração da moradia sita no local acima indicado.

- Esta moradia faz parte dum conjunto geminado, não podendo ser aceite tal como é proposto nas seguintes situações:

- 1 – A cumeeira não pode exceder a altura existente.

- 2 – As molduras de vãos devem manter os materiais existentes (tijolo burro e reboco).

- 3 – As dimensões do vão de iluminação do quarto voltado para a rua não cumpre o estipulado ao nº 1 do Artº 71 do RGEU.

- Face a isto o projecto não poderá merecer favorável, devendo o requerente alterar a situação, caso contrário o processo será indeferido.

- Nota: O processo também não poderia dar andamento sem que o técnico tenha o deferimento da sua inscrição.»

- A Câmara, tudo visto e analisado, aponta a sua decisão no sentido do indeferimento do processo pelas razões apontadas na informação prestada

pela D.A.U.O.P., pelo que dispõe o interessado de um prazo de 10 dias para, ao abrigo do artº 101º do C.P.A., dizer o que se lhe oferecer, em audiência escrita, considerando-se definitivamente indeferido, caso nada seja dito nesse período.

PROCº DE OBRAS Nº 129/04 – ANTÓNIO LOPES DA COSTA ÂNGELO

- A Câmara não analisou o processo de obras número 129/043, em nome de António Lopes da Costa Ângelo, referente à ampliação de um estabelecimento comercial, na Rua 5 de Outubro e Rua Rui Luís Gomes, deliberando analisá-lo na próxima reunião.

PROCº DE OBRAS Nº 41/04 – DULCE DUQUE DIAS

- Presente o processo de obras número 41/04, em nome de Dulce Duque Dias, referente à alteração que pretende introduzir na construção de uma moradia na Rua da Esperança números 52 e 54, desta Cidade, no seguimento do deferimento do projecto de arquitectura e aprovação dos projectos das especialidades pelas entidades intervenientes.

- A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou por unanimidade, deferir o processo de acordo com o parecer da D.A.U.O.P., emitido em 11/11/2004.

REMODELAÇÃO DA REDE DE ESGOTOS DOMÉSTICOS/PLUVIAIS

- Pelo Exmo. Presidente foi presente a seguinte informação dos Serviços de Notariado, relativa à Minuta do Contrato para a empreitada de “Saneamento Básico – QCA III – Eixo 1 – Remodelação da Rede de Esgotos Domésticos e Pluviais – Prolongamento da Rua Companhia Divisionária de Manutenção de Material – 1º Adicional - Trabalhos-a-Mais”:

- «De acordo com o art.º 116º. do Decreto-Lei 59/99 de 02/3, e artigo 64º. do Decreto-Lei nº. 197/99, de 08/06, e após adjudicação da empreitada mencionada em epígrafe, à Firma “SCAF – Sociedade de Construções Aquino & Filho, Lda”, junto remeto a V. Exª. a minuta do contrato para aprovação desta Câmara.»

- A Câmara, “embora este assunto não se encontrasse na Ordem do Dia concordou com a sua análise” e deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta do Contrato para a empreitada de “Saneamento Básico – QCA III – Eixo 1 – Remodelação da Rede de Esgotos Domésticos e Pluviais – Prolongamento da Rua Companhia Divisionária de Manutenção de Material – 1º Adicional - Trabalhos-a-Mais”.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PAGAMENTOS

PAGAMENTOS

- A Câmara deliberou autorizar os pagamentos no valor total de 619.543,61 € (seiscentos e dezanove mil quinhentos e quarenta e três euros e sessenta e um cêntimos), referente às autorizações de pagamento números 6947 ao 7069.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta.

- E eu, _____, Chefe de Secção da Divisão Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente e Vereadores presentes.